



SINDIPOLO
CNQ-CUT

Em Dia

Nº 1757
20 a 26/03/2016

SOMOS TODOS TRABALHADORES. Unidos somos FORTES! Para defender nossas conquistas!

NEGOCIAÇÃO SALARIAL

ESTAMOS A UM PASSO DO ENCERRAMENTO DA NEGOCIAÇÃO

Durante a semana passada realizamos assembleias onde foi aprovada uma proposta (**quadro abaixo**) com o objetivo de "desbloquear" a negociação, parada desde o dia 17 de novembro/2015, bem como garantir avanço na última proposta apresentada pelas empresas.

A proposta aprovada pela categoria teve como base as prioridades identificadas na amostragem que fizemos com os trabalhadores. Também foi uma demonstração de boa vontade da categoria para encaminhar o fechamento da negociação. Como foi tratado nas assembleias, não interessa aos trabalhadores um Acordo em aberto,

CAMPANHA SALARIAL
Unificação das conquistas e fim do escalonamento



SOMOS TODOS TRABALHADORES!
Unidos somos FORTES!

o que também não deve interessar às empresas. Esperamos que elas entendam a iniciativa dos trabalhadores e também caminhem no sentido do encerramento da negociação e a consequente assinatura do Acordo.

Após as assembleias, solicitamos reunião para formalizar a proposta aprovada, o que foi feito em encontro com o Sindicato patronal na segunda (21).

A expectativa é que nos próximos dias se tenha uma reunião com as empresas para dar sequência ao processo.

Avaliamos que podemos estar muito próximos de fechar o Acordo.

DEMOCRACIA SEMPRE! SEM RETROCESSOS



O momento político é demasiadamente complexo para ser analisado em poucas linhas, mas é necessário que tenha o acompanhamento de todos os trabalhadores.

A situação atual é resultado de um conjunto de fatores. Começam com as falhas do governo com envolvimento de alguns setores em corrupção, a falta de mudanças estruturais para uma melhor distribuição de renda e mecanismos que diminuem os privilégios do capital especulativo-financeiro.

A classe média, termômetro da estabilidade, não teve suas expectativas atendidas, como, por exemplo, na correção da tabela do imposto de renda.

Desde o início do se-

gundo mandato, Dilma vem aplicando medidas para enfrentar a crise, sem levar em conta os reflexos em programas que atingem os trabalhadores. Foi assim na questão do seguro desemprego, cortes no Orçamento da União e há especulações relacionadas a reforma da previdência e fim do reajuste real do salário mínimo.

A fórmula que distribuía renda apenas com políticas de Estado, sem políticas para taxar as grandes fortunas, em detrimento da miséria da maioria, se esgotou faz algum tempo.

O papel dos meios de comunicação, criminosamente parciais, também contribuiu decisivamente para o quadro atual, o que não surpreende pelo papel que sempre cumpriram na busca constante para manter os privilégios de setores historicamente beneficiados, mesmo ao custo de por no lixo o estado democrático de direito e a democracia.

PROPOSTA APROVADA NAS ASSEMBLÉIAS

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

- Reajuste salarial de 9,9% sem ESCALONAMENTO + 0,5% referente a negociação de 2014;
- Abono de Férias de 1 Salário + 1/3 de Lei (133 % de 1 salário);
- Vale-Alimentação (VA) de R\$ 150,00 mensal;
- Auxílio-Farmácia c/reembolso de 50% das despesas com medicamentos para o trabalhador e dependentes.

CLÁUSULAS SOCIAIS

- Acordo Coletivo com VINGÊNCIA de UM ano;
- Ampliar de 24 p/36 meses, a manutenção do salário integral para trabalhadores afastados por Doenças/acidente;
- Ampliar o Seguro Aposentando de 42 para 60 meses;
- Manutenção das conquistas do atual Acordo Coletivo.

SÓ HÁ UM LADO: A DEMOCRACIA



No que se refere à defesa de garantias constitucionais e ao combate à corrupção, não existem dois lados. Uma questão que deve ficar bem clara, é que nenhuma entidade ou indivíduo de boa índole e caráter, pode, em hipótese alguma, defender a corrupção, seja ela passiva, ativa, do rico ou do pobre. Temos

que combatê-la sempre, em todos os espaços onde atuamos. Sabemos que mesmo os países mais desenvolvidos, enfrentam este desvio de conduta impregnado em todas as sociedades, sendo aquelas que têm as democracias mais frágeis, as mais atingidas pela corrupção.

Outro reflexão a se fazer

é a forma com que a questão da corrupção vem sendo tratada. Ela está sendo "apresentada" como se nunca antes neste país houvesse corrupção e que fosse obra apenas de um governo ou de um partido. A diferença é que em outros momentos, pelos mais variados interesses, principalmente político e econômico, ela não era investigada e muitos menos os corruptos punidos.

Portanto o Sindipolo sempre foi e continua sendo rigorosamente a favor de que todos os corruptos, sejam de que partido ou segmento que for, sejam investigados

e, se for comprovada sua culpa, duramente punidos e assegurado à devolução aos cofres públicos do que for porventura desviado.

TODOS devem defender uma alternativa em que se apurem, estritamente dentro da lei e da Constituição Federal, as responsabilidades por crimes de corrupção. Qualquer movimento diferente disto, seria uma ameaça a democracia e um ataque ao Estado Democrático do Direito, com graves prejuízos principalmente aos trabalhadores e aos setores mais empobrecidos da sociedade.

A história que se repete

O Sindipolo sempre esteve à frente na defesa dos direitos dos trabalhadores, direitos estes que não foram dados pelo patronato, mas sim conquistados como muita organização da classe trabalhadora. Por isso, não poderíamos deixar de expressar a preocupação com o momento político e social que está vivendo o País.

IMPEACHMENT = GOLPE

Estamos diante de um confronto de duas visões distintas de Nação. De um lado, uma visão política que foi legitimamente eleita em 2014 e que, apesar de não avançar plenamente no que os trabalhadores necessitam, tem gerado melhorias, em especial para aqueles com mais baixa renda social.

De outro lado, uma visão de país que perdeu as eleições e que defende um projeto neoliberal, e quer, por outros meios, inclusive com condenáveis métodos, retorno ao poder e assim dar continuidade ao seu projeto de entrega do patrimônio nacional a grupos privados, como foi feito com a Vale do Rio Doce, Telebrás e outras sendo que a Petrobrás só não foi totalmente entregue por mobilização da sociedade.

O Impeachment, buscado por um grupo de empresários gananciosos através de suas organizações (FIESP, FIERJ, FIERGS, CNI



e outras), articulado por determinados parlamentares no Congresso Nacional e amplificado pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo, mas também pelas demais, tem resultado numa crise política, que aprofunda a instabilidade econômica.

Estes grupos não estão preocupados com o futuro da Nação ou com o futuro dos trabalhadores, se acham acima da lei e da ordem, e tentam atropelar a democracia, como já fizeram em outros momentos, para manter e ampliar seus privilégios.

É bom lembrar que em 1964, foram estes mesmos setores, com os mesmos argumentos, que promoveram o alarmismo, com estão fazendo hoje, garantindo o "ambiente" o golpe civil/militar que jogou o país numa ditadura de mais de 20 anos. Período em que foram usurpados todos os direitos individuais e políticos de todos os cidadãos.

O PRÉ-SAL É O FOCO DA DISPUTA

O que não está sendo dito pelos "imparciais" meios de comunicação, é que o principal interesse destes grupos empresariais nacionais e internacionais e de setores de representação política, que sempre se aliam aos empresários, é o controle das riquezas naturais do País, principalmente o pré-sal.

O PRÉ SAL é a disputa do momento. As grandes petrolíferas multinacionais querem controlar estas reservas, que neste momento são as maiores do planeta. Inclusive financiam muitas manifestações.

O que está em disputa é a soberania do país e a possibilidade de nos tornarmos um povo com autonomia e independência em relação as "grandes potências" mundiais.



OS TRABALHADORES DIZEM: NÃO AO ESTADO DE EXCEÇÃO! SIM AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO!



O SINDIPOLO e o movimento sindical em geral sabem que, em muitos momentos, para garantir as mudanças estruturais necessárias, é preciso estabelecer uma relação aberta com outras instituições do Estado,

através de seus representantes, para propor e tornar possível avançar nas relações de trabalho e na busca de uma sociedade mais justa.

Uma identificação partidária e uma ligação, dentro dos limites legais, é legítima

e necessária, haja visto que as entidades empresariais se posicionam no campo oposto, apoiando quem defende seus interesses, geralmente econômicos, como por exemplo, neste momento, a evidente participação da FIESP, FIERGS e CNI, entre outras entidades e associações empresariais. Mas para o SINDIPOLO, ela nunca foi incondicionada, tanto que nos posicionamos duramente contra as estratégias do governo em relação à petroquímica.

Neste momento nem se trata de uma posição puramente de classe, e sim a

defesa da democracia duramente conquistada.

A história do Brasil demonstrou como se comportam os atores sociais em eventos de crise similares ao atual. O que esperamos é que a sociedade brasileira não permita a repetição de atos que atentem contra a democracia e ao Estado de Direito, como no passado. Neste sentido o momento atual é um grande teste para as instituições e, principalmente para os trabalhadores, que serão os mais prejudicados em caso de volta a um Estado de exceção.

AÇÃO DO TURNO DE 4X12 NA OXITENO

Decisão favorável aos 4 trabalhadores que não aderiram ao Acordo



Foto da audiência do TRT onde teve a decisão citada no texto - JUN/2012

Resgatando o histórico sobre o turno de 12 horas da Oxiteno, destacamos a luta até a garantia do restabelecimento dos 5 grupos e turno de 8 horas. No ano passado, com forte atuação do juiz da Vara de Triunfo, foi possível avançar na negociação. Foi garantido um acordo que contemplou valores já pagos aos turneiros; um acordo coletivo prevendo o **retorno do turno de cinco grupos 08 horas**; e a preservação dos adicionais de turno mais favoráveis (105%).

Foram realizadas várias assembleias, com manifestação expressa e democrática de todos os envolvidos no acordo, quando então resultou na sua homologação judicial. Mas, respeitando as opiniões em contrário, o Sindipolo se

posicionou e garantiu que, em relação aqueles turneiros que não desejassem aderir ao acordo judicial, pudessem continuar com o processo, sob a representação do Sindicato.

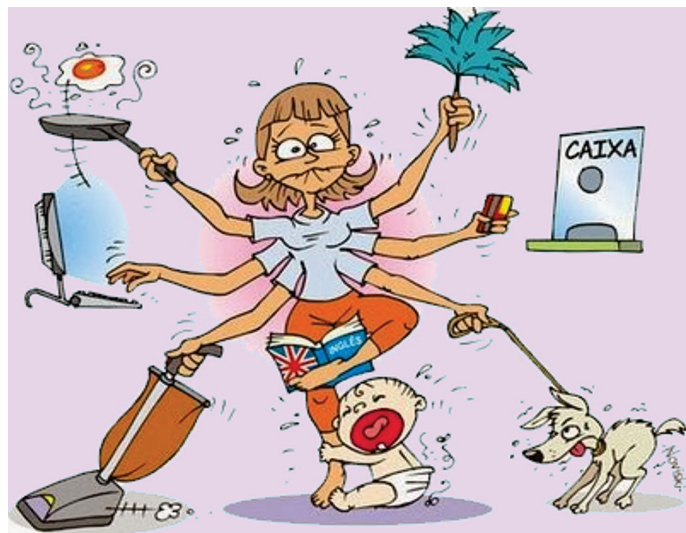
PROCESSO AVANÇOU

O processo seguiu seu curso em relação a 4 trabalhadores e, recentemente foi julgado no TST, um novo recurso da Oxiteno, o qual foi rejeitado por unanimidade. A Turma Julgadora manteve a decisão do TRT que condenou a empresa a pagar, em favor dos 4 turneiros, horas extras além da sexta hora diária a partir de setembro de 2010.

Na decisão, o TST reconheceu que, ao contrário do que defendia a Oxiteno, não houve negativa do Sindipolo em negociar com a empresa, mas sim, justo motivo para não aderir a acordos com jornadas de 12 horas, porquanto ilegais. Reproduzimos um trecho da decisão: *“Por outro lado, não se divisa ofensa ao art. 617, § 1º, da CLT, haja vista que não restou configurada a circunstância descrita no referido dispositivo consolidado, pois o sindicato, valendo-se de suas prerrogativas, recusou a proposta de negociação acerca de disposição tida como prejudicial aos trabalhadores e flexibilizadora de norma legal e constitucional, o que não configura mera recusa desmotivada a possibilitar a negociação direta com os trabalhadores”*.

O julgamento foi acompanhado pela assessoria jurídica do Sindicato (**Escritório Young, Dias, Lauxen & Lima – Advogados Associados**). Agora o processo segue a sua fase de cálculos, para apurar o quanto é devido a cada trabalhador. A empresa talvez tente novo recurso, mas corre o risco de ser condenada por litigância de má-fé.

NOS ÚLTIMOS 10 ANOS, JORNADA FEMININA AUMENTOU 1 HORA



Uma pesquisa recente realizada pelo IBGE mostra que a mulher, apesar de ser maioria na população e no mundo do trabalho, continua ganhando menos e trabalhando mais. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) feita entre os anos de 2004 e 2014 com 150 mil famílias, a dupla jornada feminina aumentou uma hora. Agora elas trabalham cinco horas a mais do que eles.

Nos últimos 10 anos, a mulher manteve uma média de jornada de trabalho fora de casa de 35 horas e meia sema-

nais, mas ainda continua ganhando 24% a menos que os homens – e acumulando tarefas domésticas.

Enquanto isso, a jornada de trabalho masculina fora de casa caiu de 44 horas para 41 horas e 36 minutos por semana, mas a carga horária dedicada ao trabalho doméstico se manteve estável. Ou seja, o tempo livre não foi revertido em maior dedicação ao lar.

DUPLA JORNADA É UMA REALIDADE

Segundo os pesquisadores, a diferença persiste porque os homens não reconhecem que as responsabilidades devem ser compartilhadas de forma igualitária, persistindo a cultura que distingue os papéis sociais para homens e mulheres. A mulher, na maioria dos lares, ainda é responsável pelas tarefas domésticas, pelos cuidados familiares e dos filhos.

A CUT e outras centrais sindicais defendem o compartilhamento de responsabilidades familiares para que a mulher possa ter mais igualdade de oportunidade. A divisão sexual do trabalho resulta

em discriminação no mercado de trabalho, violência a qual as mulheres estão submetidas diariamente com salários menores, condições degradantes e sofrendo mais constantemente assédio moral e sexual.

Segundo a OIT, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva sem que tenha ocorrido uma nova pactuação em relação à responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumida, exclusivamente ou principalmente, pelas mulheres.

RATIFICAR A CONVENÇÃO 156

Existe uma recomendação da OIT sobre a Igualdade de Oportunidades e de tratamento para Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares que é a Convenção 156, mas o Brasil ainda não ratificou a recomendação internacional. Assim, essa é uma das importantes lutas das mulheres, já que representa uma importante ferramenta para que elas garantam igualdade de oportunidade no acesso e permanência no mercado de trabalho e para que o Estado assuma sua responsabilidade em relação a esta questão.

Assembleia de Prestação de Contas 2015

Convidamos a toda categoria para participarem da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas - Exercício 2015. Será nesta quarta-feira, dia 23/03, às 18h30, no Sindipolo. Embora o Edital publicado no último sábado tenha saído com data de 22/03, a data correta será dia 23/03. Contamos com a participação de todos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre e Triunfo/RS – SINDIPOLO, através de seu representante abaixo assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas estatutariamente, CONVOCA todos os associados da entidade para participarem de sessão de Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em **22 de março de 2016, às 18h30min**, em primeira convocação e 19h em segunda, na sede do SINDIPOLO, situada à Av. Júlio de Castilhos, 596/8º andar em Porto Alegre/RS, para deliberarem a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Prestação de Contas exercício 2015;
- 2) Assuntos Gerais.

Porto Alegre, 19 de março de 2016.

Gerson Antonio Borba

Presidente do SINDIPOLO

FISCALIZAÇÕES DA SRTE

Atendendo convocação da SRTE/RS, representantes do SINDIPOLO e da Braskem participaram de reunião para tomarem conhecimento dos resultados das fiscalizações que aconteceram nos dias 9/11/2015 e 1/3/2016, na PE-6. Foram relacionadas as seguintes infrações: Auto de Infração com multa referente ao não cumprimento do estabelecido na NR-8 (Edificações); NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos); NR-13 (Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações); e NR-26 (Sinalização e Segurança).

Também tiveram Notificações para no prazo de 30 dias apresentarem relação de equipamentos de alta pressão (compressores e reatores) que estão com monitoramento de trincas; plano de ação das Recomendações de Inspeção das Tubulações conforme item 13.6.3.10 (prazos e responsáveis pela sua execução) e Análise de Risco de equipamentos enquadrados na NR-12.